



COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO (COE) INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO

Período que abrange a sua Comunicação de Engajamento (COE)

De: Para:

1. DECLARAÇÃO DE APOIO CONTÍNUO DO PRESIDENTE OU EQUIVALENTE

São Paulo, fevereiro de 2018.

Para as partes interessadas:

Tenho o prazer de informar que o INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO reafirma o seu apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e de sua missão em promover a sustentabilidade corporativa nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

Nesta Comunicação de Engajamento, descrevemos nossas ações para apoiar continuamente o Pacto Global e seus princípios para nos envolver com a iniciativa. Também nos comprometemos a compartilhar essas informações com as partes interessadas, utilizando canais de comunicação.

Atenciosamente,
Roberto Livianu
Presidente

2. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Sociedade Civil:

O Instituto Não Aceito Corrupção envolve-se com as Redes Locais do Pacto Global, através da participação frequente nas reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção, contribuindo nas discussões e levando conteúdo sobre iniciativas próprias e de parceiros referentes ao combate da corrupção no Brasil.

Promove o engajamento de gestores e colaboradores das empresas com que se relaciona incentivando-os a se responsabilizarem e se comprometerem com os compromissos assumidos com o Pacto Global da ONU, bem como com os seus dez princípios, sobretudo aqueles relacionados ao décimo princípio, referente ao combate de todas as formas de corrupção.

Sobre o Instituto Não Aceito Corrupção, atividades realizadas desde sua fundação e projetos futuros:

O Instituto Não Aceito Corrupção foi fundado em julho de 2015, mas sua história começou bem antes. A campanha Não Aceito Corrupção teve início em 2010 e tinha o objetivo de conscientizar a população sobre os perigos da corrupção e o papel de cada um para combatê-la. Devido a repercussão da campanha e necessidade de aprofundamento do tema, após reunião de um grupo multidisciplinar interessado em contribuir para mudanças efetivas, o sucesso foi tão grande que a causa virou um instituto.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que o Brasil incorporou à legislação interna em 2006, orienta a participação da sociedade civil como parte fundamental na fiscalização da corrupção. Diz seu art. 13:

“Cada Estado Parte adotará medidas adequadas para fomentar a participação ativa de pessoas e grupos que não pertençam ao setor público, como a sociedade civil, as organizações não-governamentais e as organizações com base na comunidade, na prevenção e na luta contra a corrupção, e para sensibilizar a opinião pública a respeito à existência, às causas e à gravidade da corrupção, assim como a ameaça que esta representa”.

Foi assim que o Instituto Não Aceito Corrupção elegeu como seus eixos de atuação: pesquisa, políticas públicas e educação e mobilização social.

No primeiro eixo, o Instituto Não Aceito Corrupção firmou parcerias com universidades e institutos de pesquisa renomados capazes de traçar panoramas sociais da corrupção no país. Tais informações são cruciais para nortear tanto a proposição de políticas públicas, como ações de educação e mobilização social.

O segundo eixo é o *advocacy* do instituto, em que propõe propor projetos de lei, políticas públicas e atua junto ao Poder Público para a adoção de práticas mais éticas, fundamentadas no combate à corrupção.

Por fim, o terceiro eixo, voltado para a educação e a mobilização social é destinado para a realização de palestras, campanhas em redes sociais, entrevista para a grande mídia, participação em ações educativas, etc. Tratam-se de ações cotidianas do Instituto Não Aceito Corrupção, que já é reconhecido pela população como uma das instituições de maior credibilidade na temática corrupção.

Projetos Realizados:

Ao longo dos últimos anos o Instituto realizou importantes eventos em que reuniu autoridades sobre o combate da corrupção no Brasil, publicou a obra “48 Visões sobre a Corrupção”, desenvolveu e publicou pesquisa baseada na análise do Cadastro de Condenações por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça, atuou junto ao Poder Público para discutir importantes temas como por exemplo o fim do foro privilegiado, desenvolveu jogos e atividades educativas para estimular o conhecimento sobre o combate à corrupção e a importância da participação da sociedade, entre outras atividades.

No final de 2018 teve seu trabalho reconhecido através do recebimento do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, concedido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Próximos Passos:

Em 2019 e nos anos subsequentes pretende realizar os seguintes projetos:

- 1) Projeto “Controla Brasil”, cujo objetivo é criar e disponibilizar ferramentas para o auxílio da implementação, estruturação e reestruturação das áreas de controle (auditoria, controladoria, corregedoria e ouvidoria) em prefeituras municipais do Brasil, que servirão para melhorar consideravelmente a qualidade dos serviços públicos, os indicadores de transparência, o empoderamento do controle social e institucional, o controle do gasto público e a difusão da cultura de controles internos.
O projeto conta com uma fase prévia de diagnóstico acerca da situação atual dos municípios brasileiros com relação a existência ou não de órgãos de controle e também seu grau de eficácia e necessidades.
- 2) Articulação e concretização do Pacto de Integridade dos Partidos Políticos, que inclui mudança estratégica do marco legal dos partidos e trabalho de convencimento dos partidos a aderirem ao Pacto, assunto que se torna vital diante da necessidade de implementação de uma efetiva reforma política, agenda que será retomada na próxima legislatura. Especialmente diante dos resultados da pesquisa Latinobarômetro 2018, que sinaliza crise gravíssima de credibilidade dos partidos políticos no Brasil, que dentre 18 países examinados, está em último lugar na América Latina.
- 3) Forte atuação junto ao governo em medidas selecionadas do projeto nominado “Novas Medidas Contra a Corrupção” elaborado pela Transparência Internacional e Fundação Getúlio Vargas, em que houve importante participação do Instituto como especialista consultado e também com uma das medidas incluída a partir de um trabalho premiado pelo Instituto (medida 36).

Além dos projetos citados acima, o Instituto Não Aceito Corrupção continuará atuando fortemente em pesquisa, educação e mobilização e pretende concluir os seguintes projetos já em andamento: criação de Portal de Comunicação visando a produção de conteúdo anticorrupção, para conscientizar e mobilizar a sociedade em relação a este alarmante problema social; realização da segunda edição do "Prêmio Não Aceito Corrupção", destinado ao público universitário (graduação e pós-graduação) que pretende despertar na nova geração de estudantes e pesquisadores o desejo de criarem, nos campos da tecnologia, comunicação e estudos acadêmicos, soluções para a promoção da prevenção e combate da corrupção no Brasil, e; publicação do livro "A Corrupção na História do Brasil", cujo objetivo é narrar as diversas práticas de corrupção na história do Brasil ao longo de quatorze períodos históricos, desde o descobrimento até o escândalo da Lava Jato, e como superamos, ou não, a apropriação dos recursos públicos por diversos representantes da esfera pública e privada.

Website: <http://naoaceitocorruptao.org.br/>

3. MENSURAÇÃO DE RESULTADOS

Percebemos o aumento significativo de empresas envolvidas e interessadas em promover a cultura do combate à corrupção, nas próprias companhias e também por seus stakeholders, na medida em que muitas procuram o Instituto Não Aceito Corrupção em busca de conteúdo ou para a promoção e patrocínio de eventos em que o tema principal é o combate à corrupção.

Nas reuniões do Grupo de Trabalho Anticorrupção promovidas pela Rede Local do Pacto Global, percebemos o aumento de participantes e também o aumento de iniciativas e eventos promovidos pelos membros do Pacto Global.